



COLUNAS

[Coluna] Resistência Operária À Ditadura Militar: O Caso Da Cia Petropolitana

COLABORADOR • jun 20, 2017



por Eduardo Stotz, presidente da CMV

Os conflitos ocorridos na Companhia Petropolitana entre operários e patrões, e com a polícia civil e política durante o mês de julho de 1966, conforme matéria anteriormente publicada na coluna [Memória e Verdade](#), deixam entrever a gravidade da situação que afeta a classe trabalhadora, em Petrópolis mas em todo o país também naquele momento. Lembremos a opinião de um informante da polícia sobre a Cia Petropolitana, a qual vinha “atrasando religiosamente os salários desde a Revolução”, quer dizer, desde o golpe militar de 1964. Pretendemos nesta edição aprofundar um pouco o conhecimento do que se passa durante o ano de 1966 para entender a greve legal que paralisa a empresa de dezembro daquele ano até setembro de 1967.

Em 3 de março de 1966 os operários da Cia., por conta de dois meses de atraso dos salários, entram em greve. Desfilam pela Avenida 15 de Novembro (atual Rua do Imperador) com tabuletas de protesto e uma bandeira nacional estendida com pedido de ajuda financeira. Apesar da declaração do presidente do sindicato, Pedro dos Santos, de que a greve era legal e pacífica (Diário de Petrópolis, 02 de março de 1966), a revolta era grande e foi a intervenção do padre Cirillo, pároco de Cascatinha que acalmou os ânimos exaltados dos operários e os convence a aceitar o acordo proposto pela Justiça do Trabalho. Em 11 de março, a empresa começa a pagar os salários.

Pequenos incidentes entre operárias e capatazes são comuns nas fábricas, mas no caso da Petropolitana havia um visto particularmente detestado, visto como um demônio, o Sr. Clothier Galvão. Contudo, provavelmente por causa da falta de compromisso da empresa em pagar os salários, a fiandeira Maria Rosa – que se encontra, na manhã de 2 ou 3 de junho de 1966 sentada entre as máquinas, tomando café – o enfrenta e recusa-se a retomar o trabalho. Acompanhada de colegas, ela comparece ao departamento de Pessoal para receber a suspensão, num clima de revolta. Uma delas, Arlinda, lança o desafio enquanto volta ao trabalho: “a fábrica vai parar”.

A paralisação acontece poucos dias depois (Diário de Petrópolis é datada de 7 de julho de 1966), envolvendo o tecelão Eduardo Souza Mello, conhecido como “Ronqueira”, empregado com 30 anos de casa. Na documentação policial do acervo da 67ª DP relativa ao ano de 1966, consta uma primeira suspensão registrada em bilhete de 25 de junho: *Não aceita suspensão. Diz que só sai com ordem da Justiça*. A segunda suspensão, em 5 de julho, por desacato ao chefe da sala de pano, ao tê-lo chamado de “burro” (obviamente o motivo do destempero não é anotado): não apenas comparece ao trabalho no dia seguinte, mas afirma que apenas com a polícia sai de lá; chegando a Rádio Patrulha, acontece a paralisação da tecelagem da Fábrica Velha, *seguindo-se outras paralisações*. O confronto é contornado pelo comissário Milton de Moraes. O delegado regional, Sérgio Rodrigues, promove uma reunião entre representantes da fábrica e operários em busca de acordo. *Foi [então] notificado ao Sindicato que somente Greve legal, seria permitida*.

Greve legal, decidida nos termos da Lei no. 4330, de 1 de junho de 1964, ou seja, devido, mais uma vez, ao atraso de salários e por ampla maioria em assembleia sindical, é o que vai acontecer a partir de 30 de dezembro de 1966. Foi o que aconteceu também na [Companhia de Cimento Portland](#), em Perus, São Paulo, nesse período.

Novamente vem os operários desfilar Avenida 15 de Novembro, com a bandeira do Brasil aberta sobre a cabeça, para recolher ajuda. Apenas com o acordo que leva à intervenção governamental na Companhia, mediante a nomeação de Guido Ribeiro, ex-gerente da Fábrica de Tecidos Cometa, e um empréstimo bancário para pagar a dívida trabalhista, termina formalmente a paralisação. O apito da fábrica acionado pelo então governador fluminense, Geremias de Mattos Fontes, foi um gesto simbólico de caráter inócuo, pois a empresa não conseguiu recuperar-se e fechou antes do governador concluir seu mandato.

(Imagem do Jornal de Cascatinha, nº 2.313, de 7 de agosto de 1978, disponível para consulta no Arquivo Municipal de Petrópolis)

A Comissão é formada por: Eduardo Stotz – sociólogo e historiador, pesquisador da Fiocruz; Glauber de Oliveira Montes – historiador e professor; João Fabre dos Reis – advogado trabalhista; Maria Helena Arrochellas – teóloga e coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão – historiadora e Roberto Schiffler Neto – sociólogo e professor.

Endereço e acesso: Prefeitura Municipal de Petrópolis – Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis – RJ – Tel.: (24) 2246-9325. [Facebook.com/cmvpetropolis](https://www.facebook.com/cmvpetropolis) – cmv@petropolis.rj.gov.br

Mais em:

[\[Coluna\] Resistência operária à ditadura militar em Petrópolis – 1](#)

[\[Coluna\] Resistência operária à ditadura militar em Petrópolis – 2](#)

[\[Coluna\] A intervenção militar em empresas – o caso da Celma, em Petrópolis](#)

As opiniões contidas não representam a opinião do site; a responsabilidade é do autor da publicação.

